



A DIMENSÃO do **CUIDAR** na re-significação do espaço público

ciclo de conferências e comunicações internacionais

O conceito de esfera pública no pensamento de Adela Cortina

Pretende-se com este trabalho uma aproximação ao conceito de esfera pública no pensamento de Adela Cortina, procurando esclarecer o seu contributo para a possibilidade de uma ética pública e a sua relação com uma nova abordagem do que é a sociedade civil. Num primeiro momento, apresentar-se-á, em resumo, uma descrição de algumas situações problemáticas da actualidade e, de seguida, algumas das propostas que a autora sugere como possibilidades de abertura a um projecto de humanização.

1 – Diagnóstico: uma sociedade a precisar de “cuidados intensivos”

“La cosa pública – local y global – no es cosa nuestra, sino de las mafias, de las solidariedades grupales, de la cosa nostra, que siembra de obstáculos casi insuperables cualquier proyecto de justicia global.”¹

Os pilares da modernidade – autonomia, civilidade, tolerância e justiça – tinham como suporte uma lógica de contrato em que os seres humanos se comprometiam a organizar a vida pública de modo a garantir a liberdade individual e assegurar o bem comum. Adela Cortina situa-se entre os que reconhecem que este projecto se encontra inacabado pois o que prevalece na ordem social contemporânea são as conveniências privadas e as “mafias” e não o interesse comum. O progresso (material e moral) encontra-se comprometido numa sociedade dominada pelo utilitarismo e, portanto, incapaz de compreender que haja algo valioso em si. Em termos morais, regista-se uma oscilação entre a “moral do camaleão” e a dos “dinossauros”, entre os que não têm princípios e os que, presos ao passado têm princípios tão rígidos que se esquecem dos seres humanos concretos. As democracias liberais apresentam um elevado grau de “desmoralização” e de anomia, dominando o individualismo egoísta, a ausência de solidariedade e o enfraquecimento dos laços interpessoais. Vive-se uma crise de sentido que se torna bem notória na dificuldade em conceber projectos comuns e assumir compromissos de futuro que sejam partilhados.

Nas últimas décadas a política perdeu, de alguma forma, a sua natureza, a substância que lhe é própria, e a palavra desencanto surge como aquela que melhor define os tempos hodiernos.

Após os movimentos transformadores dos anos sessenta, o final do século XX caracterizou-se por uma certa inversão do que, tradicionalmente, se entendia por público, passando o domínio do privado a assumir uma importância não reconhecida anteriormente. Na perspectiva de Adela Cortina as razões que se podem apontar para o actual “desencanto político” são várias.² Uma das mais importantes prende-se com o cepticismo face à capacidade transformadora da actividade política. Com efeito, a corrupção crescente (que não é exclusiva do mundo político, mas que aí abunda) retira legitimidade a essa actividade pois deixa de ser movida pelo interesse público e “desvia-se” para a obtenção de “fortuna privada”. Deixa de considerar os fins internos para apreciar apenas os externos.

Constata-se que a corrupção é tanto mais elevada quanto maior é a tolerância social face a essas práticas e quanto menos mecanismos institucionais de controlo existem. E, embora teoricamente a legitimidade do poder político continue a situar-se na ideia de bem comum, o que é facto é que os que ingressam na política procuram benefício privado. O fracasso da experiência dos países de leste e a consequente queda das

¹ CORTINA, Adela, *Hasta un pueblo de demonios, ética pública y sociedad*, Madrid, Taurus, 1998.

² Cf. CORTINA, Adela, *Ética aplicada y democracia radical*, Madrid, Tecnos, 2007, pag. 147 a 149.

grandes ideologias, a experiência da manipulação que os cidadãos vivem nas democracias liberais e a sua redução a meros eleitores, são outras razões explicativas para o actual desapontamento.

Outro traço indicador dos tempos que vivemos refere-se à aplicação de uma certa “cosmética” nos âmbitos político e moral que se traduzem na linguagem peculiar do “politicamente correcto” e do “eticamente correcto”, aplicada às questões da interculturalidade e dos direitos humanos em geral. Na sua obra *Hasta un pueblo de demonios*, Adela Cortina refere-se às “novas ortodoxias” e aos “novos profetas e sacerdotes” das Organizações Internacionais,³ chamando a atenção para a diferença que separa as palavras e, sobretudo as palavras em que não se acredita, do agir. A “moralina burocrática” invade a linguagem do quotidiano, contamina a actuação das instituições reduzindo-a a uma espécie de folclore comemorativo.

Em síntese, poder-se-á dizer que, após dois séculos de “luzes” ainda persistem muitas “sombras” e que há um longo caminho a percorrer da “cosa nostra” vigente à “cosa nuestra” desejável.

2 – Para além da dicotomia estado/sociedade civil: a necessidade de uma ética pública

“(…) la sociedad civil es también dimensión pública de la sociedad y en ella las personas pueden y deben ejercer su autonomía y defender intereses generalizables, teniendo una participación social significativa.”⁴

Integrados nesta realidade à qual não podemos virar costas, e na qual não podemos esconder a cabeça, como se de areia se tratasse, como encontrar uma possibilidade de resposta às inquietações que ela nos coloca? Poderemos ainda responder aos seus desafios de uma forma não meramente pragmática? Que perspectivas éticas e políticas aponta Adela Cortina como forma de saída de uma sociedade que se encontra, segundo as suas palavras, a precisar de “cuidados intensivos”?

Antes de mais, é necessário um trabalho de reavaliação conceptual: é preciso re – significar conceitos nucleares - sociedade civil, cidadania, esfera pública. Re - equacionar as relações estado/sociedade civil e demonstrar a necessidade e a possibilidade de uma ética pública, são outras componentes da sua proposta.

A identificação entre o social, o político e o ético, o “imperialismo político” que se estende a todos os domínios da vida social, os mecanismos da representatividade representa um conjunto rejeitado pela autora. Como se mostrará de seguida, em seu entender, a dimensão pública não se reduz ao político e este não é o lugar exclusivo do universal. Também as associações da sociedade civil não se reduzem ao egoísmo, não são limitadas pelo particular e não podem ser consideradas com um estatuto de menoridade moral. Elas poderão conter potencialidades de humanização.

Numa acepção alargada, a sociedade civil engloba todas as instituições sócio políticas e, num sentido estrito, aquele que é usado habitualmente, refere-se às instituições que estão fora do controlo directo do Estado – associações voluntárias, empresariais, o terceiro sector, a opinião pública, isto é, qualquer forma de organização social cuja actividade tenha consequências públicas. Assim, o compromisso social dos cidadãos pode apresentar-se numa vertente política mas também numa vertente cívica. A opinião pública é avaliada como um elemento fundamental na vida social pois trata-se do espaço público construído a partir da comunicação, das aptidões linguísticas e das competências críticas e argumentativas. É o espaço do debate e da deliberação, funcionando como uma espécie de voz que deve lembrar ao poder político a necessidade de tomar decisões tendo em conta a universalização da liberdade. Também o terceiro sector é enaltecido como uma área pioneira na tarefa de recordar o que são os “deveres de justiça”, pois engloba as actividades realizadas sem fins lucrativos e com o objectivo de melhorar a qualidade de vida das pessoas. Em todos os âmbitos, a marca decisiva da sociedade civil é a espontaneidade em oposição à coacção exercida pelo Estado. Pode considerar-se também o lugar de encontro entre a racionalidade estratégica e a comunicativa.

Assim, admitindo alguma ambiguidade inerente ao conceito de sociedade civil e reconhecendo que ele inclui realidades tão diferentes como a solidariedade e a concorrência, a autora considera que o recurso a este conceito remete para “*reductos éticos de esperanza, que no se dejan instrumentalizar por el dinero, pero tampoco por el poder político*”⁵ Assim, a identificação do político/estatal com público e da sociedade civil com o privado e a respectiva relação dicotómica não são aceites pela filósofa espanhola. Como

³ Cf. CORTINA, Adela, op. Cit., pág 49 a 54.

⁴ CORTINA, Adela, *Ética aplicada y democracia radical*, Madrid, Tecnos, 2007, pag.144.

⁵ Cf. CORTINA, Adela, *Ética aplicada y democracia radical*, Madrid, Tecnos, 2007, pag.152.

também e, em consequência, não é aceite a atribuição, em exclusividade, de universalismo e de dignidade ao estatal e de particularismo e privacidade à sociedade civil. Nos grupos da sociedade civil, criados de forma livre e espontânea, as pessoas aprendem a interessar-se e a participar nas questões públicas e, embora também neste domínio se verifique a existência dos diferentes tipos de vínculos, ele é, segundo a autora, a melhor escola de civilidade. A sociedade civil apresenta potencialidades de gerar energias, incentivos éticos, e é, segundo a autora, o “lugar social da esperança”.⁶

À dicotomia, Adela Cortina contrapõe a necessária complementaridade entre os dois âmbitos, o estado e a sociedade civil.⁷ De facto, os vínculos (contrato e aliança) que unem os seres humanos encontram-se em ambos e o núcleo a desenvolver em cada um é a intersubjectividade e a ideia de ser humano como pessoa e não apenas como animal político.

Assim, o conceito de esfera pública em Adela Cortina não parte nem do indivíduo nem da comunidade, mas de uma rede de linguagem composta por vínculos familiares, religiosos, políticos, económicos em relação de interdependência. Este conceito abrange todos os domínios da vida humana (não apenas o estritamente político) onde é necessário participar e deliberar ultrapassando as preferências individuais e visando o querer comum. Deste modo, coloca a necessidade de uma ética pública, isto é, a forja do carácter das pessoas mas também das organizações e das instituições.

Numa sociedade “desmoralizada” a ética pública parece um projecto inviável, contudo, ela é absolutamente necessária. Deverá construir-se a partir do diálogo e da exigência, da parte dos cidadãos, de actuações justas e, por isso, supõe a esfera pública. O seu objectivo é determinar valores e princípios básicos (mínimos éticos de justiça), condição para que nas relações sociais prevaleça o respeito pela pessoa. A incorporação de “hábitos éticos” é a única forma de todos os elementos da esfera pública adquirirem credibilidade e confiança. Daí a necessidade de levar em linha de conta a importância da formação dos que trabalham nas organizações e empresas, do desenvolvimento da corresponsabilidade e da identificação com um projecto. E, em última análise a confiança nas instituições só será plenamente conseguida quando se conseguir erradicar a aporofobia.

Cada ser humano deverá ser considerado autónomo, sujeito de direitos mas também interlocutor válido, capaz de decidir, por si e do ponto de vista universal acerca dos assuntos que o afectam. Chama-se a atenção para o facto de a ética pública sendo necessária, não se poder diluir no direito. Este é insuficiente. Não basta a existência de um estado garante de direitos e de um corpo jurídico constituído por leis justas, não basta a mudança de estruturas sociais e económicas: é preciso também o que a autora designa como “conversão do coração”.

O conceito de esfera pública em Adela Cortina remete, de igual modo, para um novo conceito de cidadania que inclui não só a vertente política mas também a vertente social, civil, económica e cosmopolita uma vez que os problemas e a sua solução se colocam a nível global. A denúncia dos crimes contra a humanidade, a defesa dos direitos dos refugiados e emigrantes, são algumas das situações que exemplificam a ausência de fronteiras na esfera pública e a importância da solidariedade na sociedade civil. Este ideal de uma cidadania cosmopolita mostra, também, que mais importante que a pertença, por nascimento, a uma nação, é a participação, com os outros, em projectos conjuntos. Saliente-se ainda que esta noção de cidadania ultrapassa a reivindicação de direitos e coloca a exigência de responsabilidade. Somos responsáveis pelos “mais fracos e vulneráveis. ”. No mundo moral, a voz da justiça deverá ser completada com uma outra: a voz da compaixão e do cuidado.

Até um povo de demónios, desde que inteligentes, reconhece que deve colaborar para um mundo mais justo e que deve estabelecer um sistema de cooperação de modo a conseguir uma mais razoável distribuição de custos e benefícios. Mas, este passo é acanhado, curto demais. Não podemos actuar apenas “por interesse”, pois existindo algo que tem valor incondicionado, temos que ir mais além que o povo de demónios ainda que inteligentes.

M^a do Céu Pires

⁶ CORTINA, Adela (dir), 10 palabras clave en filosofía política, Navarra, Editorial Verbo Divino, 1998, p. 373.

⁷ Cf. CORTINA, Adela, Ética aplicada y democracia radical, Madrid, Tecnos, 2007, pag.146 e 151.

Bibliografía

- CORTINA, Adela (dir), *10 palabras clave en filosofía política*, Navarra, Editorial Verbo Divino, 1998, pág. 353/ 387
- CORTINA, Adela, *Ética aplicada y democracia radical*, (cap. 9), 2007, Madrid, Tecnos, 2007
- CORTINA, Adela, *Hasta un pueblo de demonios, ética pública y sociedad*, Madrid, Taurus, 1998
- CORTINA, Adela, *Ciudadanos del Mundo*, (cap V), Madrid, Taurus, 1998

**A Dimensão do Cuidar na Re-significação do Espaço Público.
Com Maria de Lourdes Pintasilgo em Fundo**

Tipo de Encadernação: CD-ROM

Autor: Fernanda Henriques (Coord.)

Primeira Edição: 30 de Julho de 2010

Editor: Fundação Cuidar O Futuro.

Copyright © Fundação Cuidar O Futuro *et al.*

ISBN: 978-972-99870-2-1

Concepção e produção iPublicis!COM

ORGANIZAÇÃO



FUNDAÇÃO
CALOUSTE
GULBENKIAN

FCT
Fundação para a Ciência e a Tecnologia
SECRETARIA DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

APOIOS



ISBN 978-972-99870-2-1



9 789729 987021 >